

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO (COMPRAS)

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE
– NATAL-ZONA NORTE
PREGÃO Nº 07/2022
(Processo Administrativo n.º 23466.000919.2022-45)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de gêneros alimentícios destinados ao preparo e distribuição de alimentação escolar para os alunos do IFRN, com entrega parcelada de acordo com a necessidade de consumo até a quantidade limite e entrega de acordo com as exigências contidas no cronograma a ser estabelecido pelas Coordenações de Atividades Estudantis dos Campi, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNID. DE FORN.	QNT	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
1	1	464374	ABACAXI	kg	1.620	5,05	8.181,00
	2	464381	BANANA PRATA	kg	4.050	4,80	19.440,00
	3	464400	MAÇÃ NACIONAL	kg	648	9,09	5.890,32
	4	464405	MAMÃO	kg	648	4,55	2.948,40
	5	464418	MELANCIA	kg	1.944	2,54	4.937,76
	6	464421	MELÃO JAPONÊS	kg	810	3,73	3.021,30
	7	464437	TANGERINA	kg	648	12,99	8.417,52
Total do grupo 1							52.836,30
2	8	463988	AÇÚCAR CRISTAL	kg	800	4,22	3.376,00
	9	232235	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA	Pacote 400g	810	5,92	4.795,20
	10	460235	BISCOITO TIPO CREAM-CRACKER INTEGRAL	Pacote 400g	810	5,43	4.398,30
	11	446019	LEITE EM PÓ INTEGRAL	Pacote 200g	1.215	7,49	9.100,35
Total do grupo 2							21.669,85
3	12	339482	BEBIDA LÁCTEA (MORANGO)	l	1.620	4,94	8.002,80
	13	446393	MANTEIGA COMUM	Embalagem de 500g	518	23,66	12.255,88
	14	446636	QUEIJO MUSSARELA	kg	324	41,35	13.397,40
Total do grupo 3							33.656,08

4	15	308248	BOLO DE MILHO	kg	1.620	20,41	33.064,20
	16	308248	BOLO DE OVOS	kg	1.620	18,93	30.666,60
	17	460380	PÃO FRANCÊS	kg	405	12,33	4.993,65
	18	460385	PÃO SEDA.	kg	203	10,41	2.113,23
	19	460386	PÃO TIPO HOT DOG	kg	203	16,17	3.282,51
Total do grupo 4							74.120,19
5	20	241598	POLPA DE FRUTAS (SABOR ACEROLA)	kg	648	8,86	5.741,28
	21	259679	POLPA DE FRUTAS (SABOR CAJÁ)	kg	648	13,64	8.838,72
	22	217796	POLPA DE FRUTAS (SABOR CAJU)	kg	324	9,30	3.013,20
	23	217794	POLPA DE FRUTAS (SABOR GOIABA)	kg	324	9,21	2.984,04
	24	217797	POLPA DE FRUTAS (SABOR MANGA)	kg	324	9,17	2.971,08
	25	217793	POLPA DE FRUTAS (SABOR UVA)	kg	324	11,45	3.709,80
Total do grupo 5							27.258,12
	26	446021	LEITE EM PÓ DESNATADO	Pacote 200g	243	6,67	1.620,81
TOTAL CAMPUS ZN							211.161,35
GRUPO	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNID. DE FORN.	QNT	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
6	27	464374	ABACAXI	kg	2.940	5,05	14.847,00
	28	461695	ALHO <i>IN NATURA</i>	kg	170	27,77	4.720,90
	29	464381	BANANA PRATA	kg	200	4,80	960,00
	30	463781	CEBOLA BRANCA	kg	700	6,38	4.466,00
	31	464393	LARANJA PÊRA	kg	2.940	2,95	8.673,00
	32	464405	MAMÃO	kg	1.600	4,55	7.280,00
	33	464418	MELANCIA	kg	3.528	2,54	8.961,12
	34	464421	MELÃO JAPONÊS	kg	2.940	3,73	10.966,20
	35	463805	TOMATE TIPO ITALIANO	kg	1.147	7,69	8.820,43
Total grupo 6							69.694,65
7	36	463988	AÇÚCAR CRISTAL	kg	500	4,22	2.110,00
	37	458908	ARROZ PARBOILIZADO	kg	525	4,57	2.399,25

	38	460501	AVEIA EM FLOCOS FINOS	Caixa 170g	2.076	4,69	9.736,44
	39	232235	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA	Pacote 400g	2.940	5,92	17.404,80
	40	460235	BISCOITO TIPO CREAM-CRACKER INTEGRAL	Pacote 400g	2.940	5,43	15.964,20
	41	463872	CANELA EM PÓ	Embalagem 30g	10	6,62	66,20
	42	459017	FARINHA DE MILHO PRÉ COZIDA TIPO FLOCÃO	Pacote 500g	1.600	2,08	3.328,00
	43	446019	LEITE EM PÓ INTEGRAL	Pacote 200g	3.640	7,49	27.263,60
	44	458953	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE	Pacote 500g	840	3,38	2.839,20
	45	291893	SAL REFINADO	kg	88	1,66	146,08
Total grupo 7							81.257,77
8	46	339482	BEBIDA LÁCTEA (MORANGO)	l	1.400	4,94	6.916,00
	47	446636	QUEIJO MUSSARELA	kg	210	41,35	8.683,50
Total grupo 8							15.599,50
9	48	451059	CARNE MOIDA (TIPO ACEM)	kg	882	40,33	35.571,06
	49	447581	FRANGO (FILÉ DE PEITO)	kg	1.470	22,21	32.648,70
	50	446617	OVO DE GALINHA	Bandeja com 30 unidades	980	19,19	18.806,20
Total grupo 9							87.025,96
10	51	308248	BOLO DE MILHO	kg	1.620	20,41	33.064,20
	52	308248	BOLO DE OVOS	kg	1.620	18,93	30.666,60
	53	460380	PÃO FRANCÊS	kg	525	12,33	6.473,25
	54	460385	PÃO SEDA.	kg	300	10,41	3.123,00
	55	460386	PÃO TIPO HOT DOG	kg	300	16,17	4.851,00
Total grupo 10							78.178,05
11	56	241598	POLPA DE FRUTAS (SABOR ACEROLA)	kg	830	8,86	7.353,80
	57	259679	POLPA DE FRUTAS (SABOR CAJÁ)	kg	830	13,64	11.321,20
	58	217796	POLPA DE FRUTAS (SABOR CAJU)	kg	324	9,30	3.013,20
	59	217794	POLPA DE FRUTAS (SABOR GOIABA)	kg	830	9,21	7.644,30
	60	217797	POLPA DE FRUTAS (SABOR MANGA)	kg	830	9,17	7.611,10
	61	217793	POLPA DE FRUTAS (SABOR UVA)	kg	324	11,45	3.709,80

	62	463532	CHOCOLATE EM PÓ 100% CACAU	Pacote de 200g	175	24,63	4.310,25
Total grupo 11							44.963,65
TOTAL CAMPUS CAL						R\$	376.719,58
GRUPO	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNID. DE FORN.	QNT	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
12	63	463746	ABÓBORA	kg	500	3,76	1.880,00
	64	463830	ALFACE AMERICANA	kg	200	10,98	2.196,00
	65	461695	ALHO <i>IN NATURA</i>	kg	150	27,77	4.165,50
	66	463754	BATATA INGLESA	kg	400	7,07	2.828,00
	67	463770	CENOURA	kg	300	8,32	2.496,00
	68	463778	CHUCHU	kg	150	4,77	715,50
	69	463822	COUVE FOLHA	kg	150	7,99	1.198,50
	70	464393	LARANJA PÊRA	kg	1.200	2,95	3.540,00
	71	464398	LIMÃO TAHITI	kg	150	4,05	607,50
	72	466600	MANDIOCA/MACAXEIRA CONGELADA E DESCASCADA	kg	600	6,34	3.804,00
	73	464400	MAÇÃ NACIONAL	kg	600	9,09	5.454,00
	74	464437	TANGERINA	kg	600	12,99	7.794,00
	75	463805	TOMATE TIPO ITALIANO	kg	500	7,69	3.845,00
Total do grupo 12							40.524,00
13	76	463988	AÇÚCAR CRISTAL	kg	1.000	4,22	4.220,00
	77	459077	AMIDO DE MILHO	Caixa 500g	300	8,98	2.694,00
	78	458908	ARROZ PARBOILIZADO	kg	300	4,57	1.371,00
	79	460501	AVEIA EM FLOCOS FINOS	Caixa 170g	600	4,69	2.814,00
	80	232235	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA	Pacote 400g	1.200	5,92	7.104,00
	81	460235	BISCOITO TIPO CREAM-CRACKER INTEGRAL	Pacote 400g	1.200	5,43	6.516,00
	82	463583	CAFÉ EM PÓ	Pacote 250g	150	8,43	1.264,50
	83	463872	CANELA EM PÓ	Embalagem 30g	150	6,62	993,00
	84	279262	CANJICA AMARELA	Pacote 500g	600	3,37	2.022,00

	85	463937	COLORÍFICO	Pacote 100g	300	1,10	330,00
	86	446533	CREME DE LEITE	Caixa 200g	200	3,42	684,00
	87	462823	ERVILHA EM CONSERVA	Embalagem 200g	200	3,07	614,00
	88	346922	EXTRATO DE TOMATE	Embalagem 340g	600	7,39	4.434,00
	89	459017	FARINHA DE MILHO PRÉ COZIDA TIPO FLOCÃO	Pacote 500g	1.800	2,08	3.744,00
	90	465332	FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO	kg	200	6,02	1.204,00
	91	464553	FEIJÃO CARIOQUINHA TIPO 1	kg	300	9,14	2.742,00
	92	260263	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ	Embalagem de 100g	150	4,46	669,00
	93	464011	LEITE DE COCO	Garrafa de 500ml	150	7,22	1.083,00
	94	446019	LEITE EM PÓ INTEGRAL	Pacote 200g	600	7,49	4.494,00
	95	458953	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE	Pacote 500g	600	3,38	2.028,00
	96	462824	MILHO VERDE EM CONSERVA	Embalagem 200g	400	3,06	1.224,00
	97	462122	MILHO PARA PIPOCA	Embalagem de 500g	1.200	4,38	5.256,00
	98	463692	ÓLEO DE SOJA	Frasco de 900ml	300	10,61	3.183,00
	99	463916	ORÉGANO	Pacote de 10g	10	4,36	43,60
	100	463919	PIMENTA DO REINO	Pacote de 50g	10	10,62	106,20
	101	291893	SAL REFINADO	kg	100	1,66	166,00
	102	449002	SARDINHA EM LATA, AO MOLHO DE TOMATE	Lata 125g	1.200	5,84	7.008,00
	103	217093	VINAGRE DE ÁLCOOL	Embalagem de 500ml	150	3,14	471,00
Total do grupo 13							68.482,30
14	104	339482	BEBIDA LÁCTEA (MORANGO)	l	300	4,94	1.482,00
	105	446003	LEITE INTEGRAL PASTEURIZADO	l	2.400	6,08	14.592,00
	106	446393	MANTEIGA COMUM	Embalagem de 500g	500	23,66	11.830,00
	107	446636	QUEIJO MUSSARELA	kg	600	41,35	24.810,00
Total do grupo 14							52.714,00
15	108	447498	CARNE BOVINA (TIPO MÚSCULO)	kg	600	40,33	24.198,00
	109	447581	FRANGO (FILÉ DE PEITO)	kg	600	22,21	13.326,00
	110	446617	OVO DE GALINHA	Bandeja com 30 unidades	600	19,19	11.514,00
Total do grupo 15							49.038,00

16	111	460380	PÃO FRANCÊS	kg	400	12,33	4.932,00
	112	460385	PÃO SEDA.	kg	600	10,41	6.246,00
	113	460386	PÃO TIPO HOT DOG	kg	400	16,17	6.468,00
Total do grupo 16							17.646,00
	114	217793	POLPA DE FRUTAS (SABOR UVA)	kg	200	11,45	2.290,00
17	115	407523	ADOÇANTE DIETÉTICO ARTIFICIAL LÍQUIDO À BASE DE SUCRALOSE	Frasco 75ml	30	13,58	407,40
	116	463698	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM	Frasco de 500ml	30	26,93	807,90
	117	478564	BISCOITO DE ARROZ	Embalagem de 80g	120	6,19	742,80
	118	463532	CHOCOLATE EM PÓ 100% CACAU	Pacote de 200g	120	24,63	2.955,60
	119	446021	LEITE EM PÓ DESNATADO	Pacote 200g	120	6,67	800,40
	120	383472	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA	kg	120	4,09	490,80
	121	465335	MACARRÃO DE ARROZ	Embalagem 500g	120	7,05	846,00
	122	239861	PÓ PARA PREPARO DE BEBIDA À BASE DE SOJA	Lata 300g	50	27,49	1.374,50
	123	464882	UVA PASSA	Embalagem 250g	100	7,36	736,00
Total do grupo 17							9.161,40
TOTAL CAMPUS CM						R\$	239.855,70
TOTAL NÚCLEO METROPOLITANO						R\$	827.736,63

1.2. Para as estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s), foram utilizados os valores "Per Capta" estabelecidos por item multiplicado pelo quantitativo de alunos atendidos nos diversos Campi.

1.2.1. Para a estimativa do "Per Capta" foram consideradas tempestivamente as orientações do documento anexo neste ETP: "ATUALIZAÇÃO SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE" emitido e divulgado por profissional Nutricionista Sistêmico do IFRN, que se embasa nas determinações do FNDE para o cardápio PNAE (Resolução 06/2020 e 20/2020).

1.2.2. As referidas orientações contemplam, correlacionam e cruzam matematicamente as seguintes variáveis:

1.2.2.1. Quantidade-volume de ingestão mínima do alimento / estudante

1.2.2.2. Periodicidade mínima e máxima do alimento / semana

1.2.2.3. Recomendações de composição de alimento no cardápio / semana

1.2.2.4. Mínimo e máximo por categorias de alimentos a ser adquiridos anualmente

1.2.2.5. Categorias de alimentos

1.2.3. Valores de Referência para consumo das variáveis para cada categoria de modalidade de ensino segmentado por idade do aluno:

- 1.2.3.1. Energia (Kcal)
- 1.2.3.2. Carboidratos (em gramas)
- 1.2.3.3. Proteínas (em gramas)
- 1.2.3.4. Lipídios (em gramas)

1.2.4. Desta forma, a quantidade total de itens a serem adquiridos encontram-se detalhados na tabela I anexa a este Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.4. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.5. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da homologação do resultado deste processo licitatório, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.7. Não será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços por todos os órgãos da Administração Pública.

1.8. A presente aquisição não deverá ser objeto de divulgação de intenção de registro de preços.

17.1 O planejamento da contratação já foi realizado com a participação de dos campi do Núcleo Metropolitano do IFRN. Desta forma, levando em consideração a extrema necessidade de compra e falta de material nos setores, optou-se pelo não divulgação da Intenção de Registro de Preços, como sendo uma via para a conclusão célere do procedimento. A justificativa para tal escolha se deu em virtude da necessidade do material e ausência de grande parte deles na instituição no momento, correndo inclusive risco de dificuldade de manutenção das atividades. A ausência de parte desses materiais se dá devido ao longo período pandêmico que inviabilizou as atividades presenciais, e pela imprevisibilidade de retorno dessas atividades. A Administração não fez seu planejamento tempestivo (de modo a conseguir prazo cabível para divulgação da IRP) devido a imprevisibilidade de atividades presenciais e considerando ainda o curto período de validade de grande parte desses materiais e por serem itens perecíveis.

1.8. Em caso de divergência na descrição dos itens do termo de referência e aquela definida pelo CATMAT, deve-se prevalecer a descrição detalhada deste termo de referência.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bens comuns, a serem contratados mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Lei 10.520, de 2002:

“Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1. Os licitantes deverão observar rigorosamente as especificações dos materiais conforme Adendo I deste Termo de Referência.

6.2. Os gêneros alimentícios deverão ser de primeira qualidade, atendendo ao disposto na legislação de alimentos com características de cada produto (organolépticas, físico-químicas, microbiológicas, microscópicas, toxicológicas), estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Ministério da Agricultura/Pecuária e Abastecimento e pelas Autoridades Sanitárias Locais para cada gênero descrito conformetabela de especificação e quantidades e registro no órgão fiscalizador quando couber (SIF,SEIPOA/RN).

6.3. Os produtos de origem animal deverão atender as exigências do Decreto n. 9.013/2017.

6.4. Todos os gêneros alimentícios deverão ser entregues no refeitório de cada campus do IFRN, nos seguintes endereços:

CAMPUS	ENDEREÇO	TELEFONE
Ceará-Mirim	BR-406, Km 145, Bairro Planalto, Ceará-Mirim/RN, CEP: 59570-000	(84) 4005-4113
Natal Cidade Alta	Rua das Donzelas, 151, Rocas, Natal/RN, CEP:59012-190	(84) 4005-0967
Natal Zona Norte	Rua Brusque, 2926, Conjunto Santa Catarina, Potengi, Natal/RN, CEP: 59112-490	(84) 4006-9500

6.5. A empresa deverá confirmar o recebimento da Nota de Empenho em até 05(cinco) dias corridos, contado a partir do dia do recebimento da referida Nota de Empenho.

6.6. No campo assunto do e-mail deverá conter apenas o nº do empenho: 2022NEXXXXXX.

6.7. Além da confirmação de recebimento, a mensagem deverá conter no mínimo os seguintes dados: razão social, CNPJ, nº do pregão eletrônico, nome completo do representante legal da empresa, telefone para contato e nome completo do responsável pelas informações.

- 6.8. O prazo de entrega dos gêneros alimentícios é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa parcelada, nos endereços supracitados.
- 6.9. O prazo para início do fornecimento poderá ser estendido por autorização da Diretoria de Administração, conforme o interesse da Administração.
- 6.10. Iniciando o fornecimento, as entregas serão feitas conforme o empenho, de forma parcelada, de acordo com os locais determinados e cronogramas (dias, horários e quantidades) repassados às empresas pelo (a) servidor a) designado (a) pela Contratante em cada campus.
- 6.11. A solicitação de entrega será feita por um dos servidores designados pela Contratante, que enviará à Contratada, por meio eletrônico (e-mail), uma Ordem de Fornecimento, contendo os gêneros alimentícios solicitados, suas respectivas quantidades e prazo de entrega.
- 6.12. A Contratada deverá confirmar o recebimento da ordem, também por meio eletrônico (e-mail) e tomará as providências necessárias para o seu atendimento.
- 6.13. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a um terço do prazo total recomendado pelo fabricante.
- 6.14. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.15. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.16. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 6.16.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.17. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 6.18. É proibido transportar, no mesmo compartimento do veículo, alimentos e substâncias estranhas, pessoas e animais que possam contaminar o alimento. A cabine do condutor deve ser isolada da parte que contém os alimentos.
- 6.19. Os gêneros não perecíveis e perecíveis, como hortaliças e frutas, devem ser transportados em carro tipo baú, devidamente armazenado em caixotes plásticos e sobre paletes.
- 6.20. Produtos de panificação devem ser transportados em carros fechados (baú), embalados em sacos plásticos e acondicionados em caixas de polietileno na cor branca.
- 6.21. Os gêneros congelados e/ou resfriados, como carnes, aves e produtos lácteos, devem ser transportados em veículos refrigerados, providos de termômetro adequado, temperatura ideal, assegurando a integridade e a qualidade sanitária, conforme especificado no quadro abaixo:

Produto	Armazenamento	Faixa de temperatura
Temperatura ambiente	Ambiente	Entre 24°C e 26°C

Termolábeis	Congelado	Igual ou inferior a -18°C
	Refrigerado	Entre 4°C e 10°C

6.22. Todos os produtos congelados deverão estar, no ato da entrega, completamente congelados.

6.23. No ato da entrega dos produtos in natura, congelados e/ou resfriados, o responsável pelo recebimento no campus fará a inspeção visual e pesagem (se possível) dos itens. Em seguida, o mesmo deverá autorizar ou não o recebimento dos gêneros.

6.24. Toda mercadoria deverá ser entregue conforme a marca licitada, não sendo permitida a substituição de marcas.

6.25. Iniciando o fornecimento, as entregas serão feitas conforme o seguinte cronograma:

6.26. Hortifrúts e panificados: entrega parcelada, semanalmente, nos dias acordados com o(a) servidor(a) designado(a) pela Contratante, no horário das 07:00 às 08:00hs ou de acordo com o horário estabelecido pelo campus.

6.27. Carnes, ovos e laticínios: entrega parcelada, quinzenalmente, nos dias acordados com o(a) servidor(a) designado(a) pela Contratante, no horário das 07:00 às 08:00hs ou de acordo com o horário estabelecido pelo campus.

6.28. Demais alimentos: Entrega parcelada, quinzenalmente, nos dias acordados com o(a) servidor(a) designado(a) e de acordo com o horário estabelecido pelo campus.

6.29. Fica proibida a entrega de gêneros alimentícios fora do horário estabelecido, ou em dias de final de semana.

6.30. Os funcionários das empresas responsáveis pelas entregas deverão apresentar-se com uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados, bem como com a identificação funcional.

6.31. Não será permitido, em hipótese alguma, que os funcionários no momento da entrega, se apresentem com vestimentas inadequadas ("shorts", bermuda, camisa regata, sem camisa ou de sandálias abertas).

6.32. O fornecedor deverá enviar funcionários em número suficiente para descarga das mercadorias.

6.33. A empresa vencedora deverá portar ferramenta de trabalho que facilite a entregadas mercadorias, como carrinho para o transporte.

6.34. Rotulagem:

6.34.1. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, data de fabricação, validade após aberta a embalagem, peso e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a RDC nº 263 de 22/09/05 da ANVISA.

6.34.2. No rótulo da embalagem (inicial) deverão constar de forma clara e indelével, as seguintes informações:

6.34.2.1. Identificação do produto, inclusive marca;

6.34.2.2. Nome e endereço do empacotador;

6.34.2.3. Data de validade ou prazo máximo para consumo: validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. De acordo com a RDC nº 263 de 22/09/05 da ANVISA;

6.34.2.4. Peso líquido e nº do lote;

6.34.2.5. Grupo, classe, tipo;

6.34.2.6. Informação nutricional: todas as embalagens ou lotes devem conter as especificações qualitativas, rotuladas na vista principal, em local de destaque e de fácil visualização.

6.35. Amostras

6.35.1. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no MÍNIMO, prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.35.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.35.3. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

6.35.4. Caso a compatibilidade com as especificações dos itens demandados, sobretudo quanto a padrões de qualidade, não possa ser aferida pelas características encaminhadas pelo participante por meio eletrônico, tais como marca, tipo, fabricante, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra no local a ser indicado dentro do prazo de 3 (três) dias úteis e/ou envie catálogo/rótulo no prazo de 1 (um) dia útil, contados da data de solicitação, sob pena de não aceitação da proposta. As amostras deverão ser encaminhadas nas quantidades abaixo relacionadas:

Grupo	Itens	Quantidade
1	Macaxeira descascada e congelada	1 kg
2	Não perecíveis	1 unidade ou 1 embalagem unitária de cada item
3	Laticínios	1 unidade ou 1 embalagem unitária de cada item
4	Carnes e ovos	1 kg ou 1 bandeja com 30 unidades
5	Panificados	1 kg
6	Polpa de frutas	1 kg de cada sabor
7	Alimentos para necessidades alimentares especiais	1 unidade ou 1 embalagem unitária de cada item

6.35.5. Amostras e/ou catálogos/rótulos poderão ser solicitados ao licitante melhor classificado, sempre que for necessário.

6.35.6. As amostras e/ou catálogos/rótulos serão avaliadas pela equipe técnica de nutricionistas do IFRN e comparados com os critérios exigidos em edital e seus anexos, tendo como parâmetro de análise as características organolépticas típicas de cada produto. Durante a análise, as amostras poderão ser abertas, testadas, preparadas e/ou consumidas. Após a avaliação, será emitido um relatório ao Pregoeiro informando a aprovação ou não das mesmas.

- 6.35.7. As amostras deverão ser encaminhadas em embalagens que assegurem a sua chegada em perfeitas condições de análise, devidamente identificadas (nome da licitante e nº da licitação). Na entrega dos itens, devem constar as marcas e especificações iguais ao da proposta financeira, em conformidade com as indicações do edital. A contratante não se responsabilizará por amostra que seja entregue com embalagem danificada e/ou sem condições para análise.
- 6.35.8. Caso haja recusa do item por parte dos membros da equipe técnica de nutricionistas ou a não entrega da amostra dentro do prazo pré-determinado, o licitante será desclassificado e o item será negociado com o licitante subsequente, levando em consideração a ordem de classificação.
- 6.35.9. Não será realizada devolução das amostras, aprovadas ou não, tampouco qualquer tipo de ressarcimento financeiro.
- 6.36. Visitas técnicas
- 6.36.1. Serão realizadas visitas técnicas aos estabelecimentos das empresas concorrentes e/ou ganhadoras com o objetivo de identificar as condições físicas e higiênico-sanitárias dos mesmos, quando necessário, conforme a RDC nº 216/2004 - ANVISA.
- 6.36.2. Sempre que necessário, a equipe de técnica do IFRN, fará novas visitas aos estabelecimentos com a finalidade de acompanhar as condições higiênicas sanitárias do ambiente, de pessoal e de equipamentos.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. São obrigações da Contratante:
- 7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da

respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca.

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. informar endereço de correio eletrônico (e-mail) e contatos telefônicos válidos para serem usados como canais oficiais de comunicação durante toda a vigência do contrato/empenho, comprometendo-se também em manter a CONTRATANTE atualizada em caso de alterações futuras;

8.1.7. responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação;

8.1.8. levar imediatamente ao conhecimento do CONTRATANTE quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. Por se tratar de aquisição de itens de baixa complexidade e de baixo vulto (materiais de consumo), considerando que, apesar do valor global considerável, a adjudicação será realizada por grupo, resultando em diversos empenhos de menor valor por empresa vencedora.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou

e) cometer fraude fiscal.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii) **Multa:**
 - (1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - (2) compensatória de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- iii) **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv) **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

15.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da

conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

- 15.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 15.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 15.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

16.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

16.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

16.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

16.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de um atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

16.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, o atestado deverá dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

16.3.1.1.1. Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone, e-mail);

16.3.1.1.2. Local e data de emissão;

16.3.1.1.3. Nome, cargo e assinatura do responsável pela veracidade das informações.

16.3.1.1.4. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do grupo empresarial do licitante.

16.3.2. Os fornecedores de todos os lotes devem apresentar Alvará Sanitário de Funcionamento do estabelecimento, expedido pelo órgão sanitário competente do Estado ou do Município onde estiver instalado.

16.3.3. De acordo com o Decreto-Lei nº 986/1969, que institui normas básicas sobre alimentos, os estabelecimentos onde são fabricados, preparados, beneficiados, acondicionados, transportados, vendidos ou depositados alimentos devem ser previamente licenciados pela autoridade sanitária competente estadual, municipal ou do Distrito Federal, mediante a expedição do respectivo alvará sanitário. Para isso, a empresa interessada deve dirigir-se ao órgão de vigilância sanitária de sua localidade para obter informações sobre os documentos necessários e a legislação sanitária que regulamenta os produtos e a atividade pretendida.

16.3.4. Com base na Portaria nº 326/1997 (SVS/MS), os fornecedores de todos os lotes também devem apresentar o Certificado de Vistoria do Veículo utilizado

no transporte dos produtos, emitido pela Vigilância Sanitária do Estado ou do município que a empresa vencedora se localiza ou do município sede da transportadora.

- 16.3.5. Para os fornecedores de produtos de origem animal (tais como carnes, aves, leite e derivados):
- 16.3.6. Classificados como abatedouro frigorífico e/ou unidade de beneficiamento: deverão apresentar o rótulo dos produtos com os devidos registros nos órgãos responsáveis pela inspeção; e o Certificado de Registro de Estabelecimento, expedido pelo Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte (IDIARN), ou de seu respectivo Estado, comprovando que a empresa está registrada e evidenciando o número do registro.
- 16.3.7. Para as empresas classificadas como entreposto de produtos de origem animal; e casa atacadista, as quais não serão permitidos quaisquer trabalhos de manipulação, de fracionamento ou de reembalagem, deverão apresentar o rótulo dos produtos, com os devidos registros nos órgãos responsáveis pela inspeção.
- 16.3.8. A execução da inspeção e da fiscalização pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal isenta o estabelecimento de qualquer outra fiscalização industrial ou sanitária federal, estadual ou municipal, para produtos de origem animal (Art. 7º, Decreto Nº 9.013/ 2017).
- 16.3.9. Para os fornecedores de produtos de panificação (lote 5) apresentar, conforme previsto no art. 2º, Resolução CFN Nº 378/2005, também a documentação do Responsável Técnico (RT) do local, ou seja, o registro de inscrição no Conselho Regional de Nutrição (CRN). Além da comprovação da existência de vínculo com esse RT.
- 16.3.10. Para os fornecedores das polpas de fruta deverão ser apresentados laudos de potabilidade da água e qualidade microbiológica. As polpas deverão apresentar em sua embalagem o número de registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

16.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

16.4.1. Valor Global: R\$ 827.736,63 (oitocentos e vinte sete mil setecentos e trinta e seis reais e sessenta e três centavos).

16.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

16.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

16.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

17.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 827.736,63 (oitocentos e vinte sete mil setecentos e trinta e seis reais e sessenta e três centavos).

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

18.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.,

18.2. Para fins de Instrumento Equivalente de Contratação será emitido e utilizado a Nota de Empenho com a devida dotação orçamentária.

18.3. Esta Aquisição se caracteriza como Rotineira e será suportada pelo planejamento e orçamento dos Campus Participantes na "Atividade: Alimentação Estudantil" e "Projeto Estratégico: AC – Rotinas de Atividades Estudantis - DIGAE".

Natal/RN, 25 de julho de 2022.

(assinado digitalmente)

Jean Flavio Pires

Matrícula SIAPE nº 1814567

Membro Requisitante

(assinado digitalmente)

Isau Emannuel Ramalho de Oliveira

Matrícula SIAPE nº 2264936

Membro Requisitante

(assinado digitalmente)

Gerliene Maria Silva Araújo

Matrícula SIAPE nº 1819159

Membro Requisitante

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Considerando que o presente Termo de Referência, fundamentado no modelo padrão da Advocacia-Geral da União (AGU), com as devidas alterações, supressões e acréscimos relacionados ao objeto desta contratação e contém, com isso, os elementos e cláusulas fundamentais à contratação em epígrafe, em especial quanto: justificativa para a modalidade de licitação, dada a relevância, urgência e a necessidade da contratação; entrega e critérios de aceitação; obrigações das partes; classificação dos serviços como comuns; e demais disposições. Portanto, APROVO o TERMO DE REFERÊNCIA elaborado por entender que ele cumpre todos os requisitos necessários para esta CONTRATAÇÃO.

Natal/RN, 25 de julho de 2022.

(assinado eletronicamente)



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
REITORIA
Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol, Natal/RN - CEP 59015-300
Fone: (84) 4005-0768, (84) 4005-0750

A-TR 5/2022 - DIAD/DG/CAL/RE/IFRN

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 23466.000919.2022-45

MODALIDADE (PREGÃO SRP)/ MODELO AGU (junho/2021)
NÚCLEO METROPOLITANO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados ao preparo e distribuição de alimentação escolar para os alunos do IFRN, com entrega parcelada de acordo com a necessidade de consumo até a quantidade limite e entrega de acordo com as exigências contidas no cronograma a ser estabelecido pelas Coordenações de Atividades Estudantis dos Campi.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

(assinado eletronicamente)

Jean Flavio Pires
Matrícula SIAPE nº1814567
Membro Requisitante

(assinado eletronicamente)
Isau Emannuel Ramalho de Oliveira
Matrícula SIAPE nº 2264936
Membro Requisitante

(assinado eletronicamente)
Gerliene Maria Silva Araújo
Matrícula SIAPE nº 1819159
Membro Requisitante

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Aprovo o presente Termo de Referência, considerando os elementos que caracterizam o objeto, a necessidade da aquisição de gêneros alimentícios destinados ao preparo e distribuição de alimentação escolar para os alunos do IFRN, com entrega parcelada de acordo com a necessidade de consumo até a quantidade limite e entrega de acordo com as exigências contidas no cronograma a ser estabelecido pelas Coordenações de Atividades Estudantis dos Campi, a aplicabilidade dos recursos públicos empregados, bem como os resultados esperados, conforme fundamentado nos autos.

23 de julho de 2022

(assinado eletronicamente)

Edmilson Barbalho Campos Neto

Mat. SIAPE 1835439

Documento assinado eletronicamente por:

- **Edmilson Barbalho Campos Neto**, DIRETOR GERAL - CD0002 - DG/ZN, em 23/07/2022 08:03:42.
- **Jean Flavio Pires**, AUX EM ADMINISTRACAO, em 25/07/2022 08:50:26.
- **Isau Emannuel Ramalho de Oliveira**, COORDENADOR - FG0002 - COAES/ZN, em 25/07/2022 09:09:45.
- **Gerliene Maria Silva Araujo**, ODONTOLOGO - 40 HORAS, em 26/07/2022 10:50:13.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 22/07/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 428651

Código de Autenticação: 5accc9f598

